

# MANUEL SEVERIM DE FARIA — UMA RELEITURA DOS REMÉDIOS PARA A FALTA DE GANTE — 1655

Por Inês Amorim

## 0. Introdução

O presente trabalho tem por objectivo, o estudo, análise e crítica do texto apontado em título, e sobejamente conhecido. Pretende-se uma nova reflexão sobre uma das facetas de Severim de Faria — a de arbitrista esperando contribuir, de alguma forma, para o estudo do pensamento económico em Portugal.

Para tal, estruturámos a abordagem nos seguintes pontos: primeiro, como introdução temática global, encaramos o Estado como agente construtor do espaço económico (mais ao menos conscientemente), coadjuvado por «arbitristas», espécie de opinião pública especializada que tanto critica as medidas adoptadas, como propõe soluções; e isto, tanto na Europa como em Portugal. Aqui destacamos Manuel Severim de Faria, por um conjunto de razões, e seleccionamos o texto, propondo um estudo que evoluirá desde o enquadramento espacio-temporal do autor e obra, até, e sobretudo, à crítica daquela, pretendendo trazer novidades de leitura.

Não é um trabalho completamente inovador, mas pensamos reformular algo, e por isso supomos com algum interesse...

1. Portugal e Espanha criaram nos sécs. XVI e XVIII um Império verdadeiramente mundial, explorando ricos filões, desde as especiarias até aos metais preciosos, transformando as condições económicas, activando a circulação monetária, fomentando o «cancro» dos tempos modernos: a inflação.

Esplendor passageiro, quando aquele polo Atlântico/Peninsular sente as dificuldades da(s) doença(s) que contraiu — o «hombre encantado»: esclerose demográfica, económica e social que o arrastou para a periferia da economia europeia em favor de outras potências. Holanda, França, Inglaterra — um Atlântico/ Europeu.

A Europa reorganizava o espaço económico com maior resistência do Noroeste, que no entanto se sente atingido por volta de 1620-30, abrindo-se as dificuldades do séc. XVII — período de contrastes no sector agrícola, industrial, comercial, etc., podendo afirmar-se que no conjunto da Europa, 1620-1670 enquadra a depressão mais severa<sup>1</sup>.

Foi neste quadro conjuntural que nasceu e se desenvolveu o mercantilismo, algumas vezes compreendido como a identificação da riqueza com o dinheiro, «mas mais correntemente, a crença de que o bem-estar económico do Estado só pode ser assegurado pela regulamentação governamental, ou seja, por inúmeras cláusulas e disposições legislativas regulamentadoras»<sup>2</sup>. Ou talvez, como melhor diz Braudel «Le mercantilisme c'est justement la prise de conscience de cette possibilité de manoeuvrer d'ensemble l'économie d'un pays, autant dire, pour abrégé, la recherche déjà du marché national»<sup>3</sup>, embora mercado nacional não totalmente elaborado, mas suficientemente coerente para que os governos o possam modelar e manobrar<sup>4</sup>.

«L'aspect essentiel du mercantilisme, aux XVI et XVII siècles, dérive de la volonté de renforcer le Prince et la Nation, celle-ci considérée comme sa propriété (...) La force d'un prince, d'un État dépend, en temps de paix, de sa politique, en particulier de sa politique économique. La guerre n'est qu'un autre moyen arriver à une même fin: se renforcer, s'enricher»<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> VRIES, Jan de, *A Economia da Europa numa época de Crise*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, págs. 30 a 35.

<sup>2</sup> HANSON, Carl A., *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 127.

<sup>3</sup> BRAUDEL, F., *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, 3.º vol., Paris, A. Colin, 1979, p. 251.

<sup>4</sup> Id., *Ibid.*

<sup>5</sup> DOCKES, Pierre, *L'Espace dans la pensée économique*, Paris, Flammarion, 1969, pág. 17.

Ambas as finalidades decorriam da problemática política do tempo — unificação nacional e enriquecimento do Estado, elos da mesma cadeia, salvaguardada da monarquia centralizada<sup>6</sup>.

O mercantilismo partia à priori dum axioma «a melhor forma de enriquecer um Estado consiste em atrair uma parte considerável do stock mundial dos metais preciosos e depois impedi-los que saiam do reino — ou seja, uma acumulação de capitais»<sup>7</sup>. Esta crença simplista, vulgarmente designada por metalismo, deu oportunidade a que manuais de economia política<sup>8</sup>, esgotassem o conteúdo do pensamento mercantilista, no estudo precipitado do pensamento económico espanhol, quando este parecia defender, por parte de alguns dos seus representantes, a opinião de que o Rei conservasse os metais preciosos vindos da América. Desde já, porém, se notam alguns aspectos:

por um lado, tal definição de mercantilismo, mais conhecido por bulionismo, crisohedonismo ou metalismo, como doutrinas especificamente espanholas ou peninsulares, assenta em leituras truncadas de tal pensamento, pois que se se lamentava a saída da moeda era unicamente por significar um constante défice da balança de transacções, de um empobrecimento colectivo real que a longo prazo acarretaria a extinção da empresa<sup>9</sup>.

por outro lado tal axioma justifica-se plenamente quando se verifica a tripla necessidade dos Estados europeus: económica, política e social<sup>10</sup>, ou seja:

— o controle dos movimentos dos metais preciosos, numa economia em que os pagamentos escriturais se saldavam em ouro e prata, em que a vida quotidiana só aceita a boa moeda, porque a guerra exigia as peças de ouro e prata, tão indispensáveis como o pão<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> DIAS, Manuel Nunes, *Companhia versus companhias na Competição Colonial*, «Revista Portuguesa de História», t. XVI, 1976, p. 88.

<sup>7</sup> BRAUDEL, F., *o.c.*, 2.º vol., p. 486.

<sup>8</sup> Citados por Pierre Vilar in *Desenvolvimento Económico e análise histórica*, Lisboa, Presença, 1982, pág. 229 a 232.

<sup>9</sup> VILAR, P., *o.c.*, pág. 253.

<sup>10</sup> LEON, Pierre, dir, *História Económica e Social do Mundo*, vol. II, T. 1, Lisboa, Presença, 1983, p. 184.

<sup>11</sup> BRAUDEL, F., *o.c.*, pág. 488.

— necessidades políticas para os Estados cujas tesourarias se alimentavam na fiscalidade lançada sobre os circuitos internacionais da boa moeda;

— necessidades económicas para empresários e mercadores cujas iniciativas não podiam dispensar a protecção e privilégios concedidos pelo poder público.

Mas este controle da vida económica por parte do Estado adquiriu diferentes roupagens: organização do sistema fiscal, da administração, protecção económica, fomento da produção industrial e agrícola, fomento demográfico como factor de produção e defesa (formação de exércitos permanentes), etc. Isto significa que se até então o pensamento tomista do «justum pretium» acreditava que seria a providência a repartir naturalmente as potencialidades das diferentes áreas económicas, tornando-se vão, injusto até, para uma região procurar enriquecer-se em detrimento duma outra<sup>12</sup>, agora, sécs. XVI e XVII, em vez de «justum pretium» os moralistas e teólogos falam de «publicas necessitas» ao justificarem a intervenção do Estado no ordenamento de homens, moeda, produção, etc., ultrapassando os interesses individuais quer no plano interno, quer no das relações internacionais.

2. Frente às primeiras impressões de um ritmo económico de dimensões modernas, uma série de teóricos tentavam analisar e criticar as medidas adoptadas, propor soluções sem considerações puramente morais ou políticas, mas apresentando novas linhas de actuação da economia mercantilista de feição comercial, industrial e agrícola;

— apologia do trabalho e das trocas, atenção à balança comercial, vontade de domínio estatal e aventura colonial, exaltação do trabalho manufactureiro, política aduaneira protecçãoista (redução de taxas sobre exportação de manufacturas, proibição de importações concorrentes, diversificação da produção) acompanhada por um serviço de companhias de navegação para as colónias que deveriam encaminhar os produtos exóticos e os produtos acabados;

— indefinição de uma política agrícola provavelmente entravada pela estagnação das técnicas agrícolas, inelasticidade da

---

<sup>12</sup> DOCKES, Pierre, *o.c.*, pág. 14

produção, predomínio da nobreza fundiária<sup>13</sup>, reforçada por moçgadios; enfim, o resíduo do direito agrário senhorial...<sup>14</sup>.

\*\*\*

Em Portugal, um punhado de teóricos dos sécs. XVI e XVII se são possuídos dum corpo de ideias comuns aos arbitristas da época, não deixam de lhes dar um cunho nacional ao apontarem soluções que estão antes de mais a contestar a União Ibérica. Arbítrios, relatórios, propostas, pareceres, cujos conteúdos, estudados em ligação, permitirão observar os problemas de Portugal em sintonia com a Europa<sup>15</sup>. Salientam-se alguns, pelo menos os mais divulgados:

— Luís Mendes de Vasconcelos, observa nos *Diálogos do Sitio de Lisboa* (1608) as potencialidades de Lisboa, o estonteamento da nossa política ultramarina que previerteu o objectivo comercial com os ideais de conquista e reflecte sobre as capacidades da agricultura portuguesa — as lezírias do Tejo necessitam de ser trabalhadas.

— Duarte Gomes Solis, de que se destaca *Discursos sobre los Comercios de las Indias* (1622) e *Alegacion en Favor de la Compañia de la India Oriental y Comercios ultramarinos que de Nuevo se Instituyó en el REyno de Portugal* (1628); na primeira obre refere os aspectos da decadência portuguesa e peninsular — declínio da população, agricultura, produção em geral. Na segunda dava apoio à concretização da primeira Companhia Portuguesa da Índia Oriental, à imagem do que se passava na Holanda e Inglaterra;

— Padre António Vieira, cujo pensamento aparece em propostas escritas, pouco tempo após a Restauração *Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe apresentava o miseravel estado do Reino e a necessidade...*» (1643). Incitava à imitação dos holandeses com o estabelecimento de duas grandes companhias de monopólio para o comércio e navegação, uma delas para substituir a Companhia Portuguesa das Índias Orientais de Solis. Para além disto, defendia o estabelecimento de um banco comercial semelhante ao de

---

<sup>13</sup> LEON, P., dir de, o.c., pág. 184, 185.

<sup>14</sup> VRIES, Jan de, o.c., pág. 319.

Amsterdão, projecto que seria subscrito por capital e experiência judaicas;

— Duarte Ribeiro de Macedo, cuja obra principal foi *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, escrito em Paris, (1635), desenvolve a necessidade de incrementar o sector industrial para mais eficazmente solucionar o problema da improdutividade.

Estes provavelmente os mais conhecidos mas quantos incontáveis, adormecidos, tanto mais que o arbítrio, alvitre, expressão mais utilizada no séc. XVII<sup>16</sup>, «uma mão cheia de avisos em que fundavam a esperança de ajudar a salvar financeiramente o Reino», era o meio de granjear mercês<sup>17</sup>. A verdade é que de acordo com as suas capacidades, todos tinham obrigação de «procurarem remédio aos trabalhos da república que por definição são comuns a todos»<sup>18</sup>. Por zelo ou por ambição, multiplicam-se os alvitres, criam-se juntas para os apreciar — é a oficialização do arbitramento<sup>19</sup>.

E as oportunidades para tal são múltiplas. Com a crise de meados XVI (1544/60), crise estrutural que afectará e porá em causa as estruturas tradicionais em torno dos interesses do Índico e da rota do Cabo, organiza-se um novo complexo centrado sobre o Atlântico e a terra brasileira cuja importância económica marcará o comportamento dos sécs. XVII e XVIII.

Mas também este complexo sofre as suas dificuldades à medida que decorre a união das coroas peninsulares: os carregamentos de especiarias caem, vão-se perdendo o ouro africano e os tratos do Golfo da Guiné, diminui a área de produção açucareira e tabaqueira e logo o comércio e a agricultura do açúcar se sentem ameaçados. Angola e Brasil sob bandeira holandesa, e o Atlântico um mar inseguro. Medidas alfandegárias de Colbert, concorrência

<sup>15</sup> GODINHO, V. M., *Alguns problemas da economia portuguesa no séc. XVII de depressão internacional*, in «Revista de História Económica e Social», vol. 5, Janeiro-Junho 1980, pág. 107.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, António de, *Álvaro Ferreira de Vera, Arbitrista*, in «Revista Portuguesa de História», t. XIX, 1981, p. 274.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, António de, *o.c.*, pág. 273.

<sup>18</sup> Como se exprimiu Manuel Severim de Faria numa carta a acompanhar o arbitrio que deu o socorro da India, em 1623, citado por Oliveira, António de, *o.c.*, pág. 280.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, António de, *o.c.*, pág. 276.

dos holandeses com o cultivo do açúcar nas Antilhas, e Lisboa vê inundados os seus armazéns com a acumulação de produtos<sup>20</sup>. Esta depressão será ultrapassada pela política de fomento manufactureiro de Duarte Ribeiro de Macedo, Marquês de Fronteira e Conde de Ericeira que parece resultar, até que o comércio fácil substitua o esforço criador do sector secundário<sup>21</sup>. Em suma, o capital escapa ao controle do Estado português, dispersando-se por Londres, Brasil, Amesterdão, etc., mas parece ausente de Lisboa, calçando «botas de sete léguas»<sup>22</sup>.

\*\*\*

3. Manuel Severim de Faria (1583-1654) coloca-se naquele conjunto de arbitristas portugueses que frente às transformações do complexo histórico-geográfico da economia portuguesa, traçaram interpretações e directrizes mercantilistas.

O seu destaque aqui justifica-se por várias razões (que sobressaiem):

— o facto de ter batido todos os campos problemáticos ao lançar propostas destinadas ao crescimento da «gente, indústria, comércio, riqueza e forças militares por mar e terra»<sup>23</sup>;

— repetidamente apontado como um dos mais importantes arbitristas do séc. XVII, cujos escritos têm sido frequentemente publicados<sup>24</sup>, prova das características multifacetadas como numismata, viajante, «economista» e epistológrafo.

Não vamos aqui revelar qualquer outro seu trabalho inédito, mas apenas reler um dos seus textos mais conhecidos «Dos meios com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da milícia, agricultura e navegação»<sup>25</sup>, que revela uma

---

<sup>20</sup> GODINHO, V. M., *Ensaio II. Sobre a História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, p. 431.

<sup>21</sup> GODINHO, V. M., *o.c.*, pág. 175-176.

<sup>22</sup> BRAUDEL, F., *o.c.*, pág. 494.

<sup>23</sup> GODINHO, V. M., *Alguns problemas da economia portuguesa no séc. XVII*, *ob. cit.*, pág. 107.

<sup>24</sup> *Id.*, *Ibid*; SÉRGIO; António, *Antologia dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Sá da Costa, 1.<sup>a</sup> ed., 1974; SERRÃO, J. Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim Faria. 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.

<sup>25</sup> Trata-se da 1.<sup>a</sup> notícia inserida na sua obra *Notícias de Portugal*, imprimida em Lisboa em 1655.

imagem refractada da época, problemas e soluções. E isto por considerarmos que as leituras conhecidas tenderam a alterar a sua mensagem a ponto de se lhe atribuir conceitos que nunca partilhou, pois que partiram de pré-conceitos. Exemplifiquemos:

— António Sérgio<sup>26</sup> defendendo que os males que afligiam o país no séc. XX eram os mesmos do de XVI, ignorou os condicionamentos temporais, lendo os argumentos que lhe permitissem a fundamentação e defesa da sua concepção filosófica — uma política de «fixação» contra a «política de transporte», isto é, não a eliminação das relações coloniais e mercantis ultramarinas, mas o seu reforço através do desenvolvimento da economia metropolitana — concepção que António Sérgio parece ter encontrado nitidamente em Severim de Faria.

— Armando Castro considera que toda a argumentação de Severim de Faria foge à prática e reflexão mercantilista, visto que se por um lado defende uma política proteccionista e de defesa da balança comercial, tendendo à crescente esfera de produção<sup>27</sup>, a verdade é que A. Castro encontra concepções que «são mesmo antimercatilistas», pois que «ao bater-se pelo crescimento do número de membros da classe nobre, não está positivamente a traduzir os interesses que o mercantilismo historicamente servia... Uma classe nobre forte interessava essencialmente ao sistema estrutural do Antigo Regime — regime que por sua própria natureza colocava barreiras intransponíveis ao desenvolvimento acelerado da burguesia comercial e mercantil»<sup>28</sup>.

— Borges de Macedo, comenta que se não tem feito a crítica interna necessária às opiniões de Severim de Faria, mas acredita que estas visavam demonstrar que Portugal não tinha condições de defesa nem de independência em relação à Espanha; além disso, «aparecem expostas numa espécie de dicionário sobre o país e incluídas num contexto geográfico, genealógico e vagamente histórico, muito longe duma análise económica responsável»<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> SÉRGIO, A., *Ibid.*

<sup>27</sup> CASTRO, Armando de, *Doutrinas Económicas em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, Amadora, Biblioteca Breve, 1978, págs. 42 e 43.

<sup>28</sup> CASTRO, Armando de, *o.c.*, pág. 68.

<sup>29</sup> MACEDO, Borges de, «*Mercantilismo*» in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. 4.º, 1979, pág. 273-274.

Considera ainda que Manuel Severim de Faria se insere na primeira fase do mercantilismo português, influenciado pelo pensamento hispano-italiano, metalista ou bulionista<sup>30</sup>.

— José Calvet de Magalhães, defendendo a tese de que o pensamento escolástico dominava inteiramente a península hispânica, crê que se Severim de Faria invoca razões de Estado na defesa da sua tese populacionista, é porque esta vem de encontro às ideias escolásticas condicionadores da formação do seu pensamento económico<sup>31</sup>.

Justifica-se, portanto, a leitura ou reeleitura do «teólogo confessor, o político humanista, o advogado ou o administrador dos sécs. XVI e XVII (...) porque se defronta com os grandes problemas económicos no âmbito dos velhos pensamentos, das velhas obrigações, devendo a elegância da sua teoria à sua situação na história, tornando-se tão indispensável para definir esta última como para reconstituir aquela»<sup>32</sup>.

Finalmente, é o próprio texto que nos motiva, pela personalidade do autor, pela forma como está escrita, pela forma como apresenta a realidade, pelas medidas e soluções que oferece, pela lição de governo, pelo eco que o leitor do séc. XX encontra nuns quantos temas que preocupam os actuais governos e economistas.

O texto em análise foi reeditado na já citada Antologia dos Economistas Portugueses, de António Sérgio, e as nossas referências serão para aí remetidas<sup>33</sup>. A sua abordagem englobará as seguintes etapas: primeiramente o enquadramento espaço-temporal do autor e obra; depois a análise do texto que compreende uma breve análise literal (vocábulos chave), formal e explicativa com o reagrupar de ideias contidas no texto; finalmente a crítica, terá em conta o sentido integral do texto — seu significado no processo histórico e contributo para o conhecimento do mesmo.

3.1. Manuel Severim de Faria (1583-1654) nascido em Lisboa mas desde cedo indo para Évora onde cursou a Universidade, tornou-se membro do clero, doutor em teologia cónego e chantre

<sup>30</sup> MACEDO, Borges de, *o.c.*, pág. 272.

<sup>31</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, *História do Pensamento Económico em Portugal*, Coimbra, 1967, pág. 237.

<sup>32</sup> VILAR, Pierre, *o.c.*, pág. 228.

<sup>33</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, págs. 173-240.

de Évora. O lugar que usufruía facultava-lhe contactos com letrados, fidalgos, eclesiásticos, especialmente com sacerdotes missionários a quem pedia novidades d'além-mar.

Reuniu elementos de trabalho: uma livraria e um museu onde afluíam antiguidades dos arredores de Évora e as últimas publicações de Lisboa. As leituras, notícias, e reflexões, passava-as a escritos.

A formação escolástica dominante mercê da política régia, tribunal do Santo Ofício e do ensino dos jesuítas, levou, talvez a que os problemas económicos tivessem um lugar bastante secundário na obra dos escritores quinhentistas<sup>34</sup>. Em M. Severim de Faria, apesar da tradição escolástica se manter bem cimentada como se verifica quando enumera uma série de autoridades em apoio das suas afirmações, a verdade é que a essa tradição acumula uma certa espontaneidade viva e vigorosa a que não estará alheio esse espírito curioso, provavelmente influenciado por obras de pensadores económicos que vão sendo escritas pela Europa. Podem-se citar António Serra para a Itália (*Breve Trattado delle Cause che possono far abbondare li Regni d'oro e Argente dove non sono miniere* — 1613). Antoine de Montchrestien em 1615 quanto à França (*Traicté de l'Oeconomie Politique*): Sobretudo Giovanni Botero (*Relatione Universale, 1596; Della Ragione de Stato e Delle Cause della Grandeza e Magnifianza delle Citta, 1589, 1592 e 1596*), traduzido para castelhano antes dos finais do séc. XVI, onde «vão beber os pensadores portugueses que tentam definir os problemas nacionais e imperiais e propor soluções que passam por uma acção transformadora do Estado»<sup>35</sup>.

Publicou, além das obras religiosas, os *Discursos Vários Políticos* (1624), as *Noticias de Portugal* (1655) e duas séries de *Relações do que Sucedeu em Portugal e mais Provincias...*, de 1625 a 1627. Vários trabalhos deixou manuscritos, de que bastantes se encontram na Biblioteca Nacional, tendo sido entretanto publicados parte deles por Vitorino Magalhães Godinho e Joaquim Veríssimo Serrão, já anteriormente citados.

De tudo implica com o nosso estudo a primeira das Notícias:

---

<sup>34</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, *o.c.*, pág. 95.

<sup>35</sup> GODINHO, V. M., *Alguns problemas da economia portuguesa no séc. XVII*, *ob. cit.*, pág. 107.

«Dos meios com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da milícia, agricultura e navegação» que se insere no título maior «*Notíciais de Portugal offerecidas a el-Rei N. S. Dom Joam o IV, pòr Manoel Severim de Faria. Declaração-se as commodidades que tem para crescer em gente, industria, commercio, riquezas, E forças mititares por mar, E terra. As origens de todos os apelidos. E armas das Familias nobres do Reyno. As moedas que correrão nesta Província no tempo dos Romanos até ao presente. E se referem varios Elogios de Príncipes, E varoens illustres Portugueses*»<sup>36</sup>.

Como o título indica, trata-se duma oferta a D. João IV, numa altura em que Portugal enfrentava simultaneamente uma Guerra com Espanha e Holanda, defendendo o princípio da unidade do Reino nas suas várias expressões: geográfica, política, ultramarina — Portugal teria condições que favoreceriam a independência, havia que desenvolvê-las.

O livro consta de oito discursos e vários elogios de grandes figuras da História e da Igreja nacionais sem esquecer o panegírico de Évora. Para lá de um feixe de problemas nacionais do seu tempo, desenvolve temas de heráldica, genealogia e numismática<sup>37</sup>. Ainda uma notícia sobre antigas Universidades da Espanha e Portugal. No domínio dos elogios, um «Elogio del-rei Dom João de Portugal o terceiro de nome», o «Panegírico» da infanta D. Maria filha do rei D. Manuel. As *Notícias* abrangem ainda a relação laudativa dos cardeais da igreja portuguesa, desde o papa S. Dâmaso ao rei D. Henrique, e uma biografia de Frei Bernardo de Brito, da Ordem de Cister e cronista-mor do reino<sup>38</sup>.

O manuscrito das *Notícias de Portugal* estava quase composto em 1624 quando Severim de Faria deu à estampa os *Discursos vários políticos* e nele colheram dados figuras como Frei António Brandão e D. Rodrigo da Cunha<sup>39</sup>. Mas por motivos que o autor

---

<sup>36</sup> Por Manoel Severim de Faria...; anno 1655. Lisboa. Na officina Craesbeeckiana; in — 4.º de 12 + 342 pp. Uma segunda edição, com acrescentos de D. José Barbosa, saiu em Lisboa, no ano de 1740; e uma 3.ª edição, em 1791, com novos acrescentos, devidos a Joaquim Francisco Monteiro de Campos. Cf. Innocencio, *Dicionario Bibliographico Portuguez*, too VI, Lisboa, 1862, pp. 107-108; Citado e Serrão, J. Verissimo, *o.c.*, p. 87, nota 1.

<sup>37</sup> SERRÃO, J. Verissimo, *A historiografia portuguesa. Doutrina e Crítica*, 2.º vol., Lisboa, Verbo, 1973/74, p. 87.

<sup>38</sup> SERRÃO, J. Verissimo, *o.c.*, pág. 88.

<sup>39</sup> SERRÃO, J. Verissimo, *o.c.*, pág. 90.

não justifica, a obra não foi imediatamente dada ao prelo. Talvez porque considerasse mais oportuno a impressão dos *Discursos* que versavam temas da maior actualidade<sup>40</sup>: o interesse que teria a Corte de Filipe IV e fixar-se em Lisboa, as vantagens da língua portuguesa entre todas as mais; as condições que tornavam louvável o exercício da caça, e a antiguidade das vestes do estado eclesiástico em Portugal. As biografias que completam a obra, exaltam três notáveis escritores do período áureo como João de Barros, Diogo do Couto e Luís de Camões<sup>41</sup>.

Ou então porque, como explicitamente escreve:

«Costumão os Architectos quando intentaõ alguma fabrica, debuxala primeiro em huma pequena traça, para depois se acertar melhor o edificio. Este preceito, que a experiencia fez commum a todas as Artes, guardaraõ antigamente com grande observancia os Escritores Gregos, e Latinos, procurando os mais d'elles provar primeiro o estilo em pequenos Tratados, para depois o poderem continuar com perfeição em obras de maiores argumentos (...) Pelo que com tão grandes exemplos fico bastantemente disculpado, se antes tirar à luz outras obras maiores, que tenho já para estampar, publico estes pequenos Discursos: que ou na materia, ou na grandeza, parecerá por ventura a alguém que não dizem com seu Autor...»<sup>42</sup>

3.2. M. Severim de Faria começa por utilizar no seu discurso alusões históricas familiares: citações bíblicas (o Rei Salomão), antigos historiadores clássicos (João Tzezes gramático grego séc. XII); experiências contemporâneas europeias (Flandres, Inglaterra, Alemanha) e mundias (China), exemplos intemporais: os poderes militares que distinguiram ao longo do tempo Assírios, Persas, Gregos, Romanos e Árabes, mas também legitimação da sua tese procurada no passado histórico de Portugal «e para que nos não cansemos com exemplos estrangeiros, venhamos a este nosso

---

<sup>40</sup> SERRÃO, J. Veríssimo, *o.c.*, pág. 84.

<sup>41</sup> Id., *Ibid.*

<sup>42</sup> Citado por SERRÃO, J. Veríssimo, *o.c.*, pág. 94.

Reino»<sup>43</sup> no sentido de comprovar o crescimento linear e progressivo da população mundial. Tal não é surpreendente dada a sua formação cultural; e embora muitos dos exemplos possam parecer estereótipos, a verdade é que encerram um conjunto de informações precisas.

Do ponto de vista formal, o texto, divide-se em duas partes: uma primeira que compreende os capítulos I e II apontando a situação portuguesa de «falta de gente» e os problemas que daí advêm; na segunda parte, capítulos III a VIII analisa, um a um, esses males e respectivas soluções, apresentando um programa de reestruturação da economia e sociedade portuguesas.

Parte dum pressuposto para desenvolver um discurso: aponta como razão básica da grandeza dos países, a multidão dos seus povos pois a existência duma população numerosa «defende o senhorio próprio e pode conquistar o alheio, cultiva as terras de forma a haver um excedente que se pode vender a estranhos», resulta riqueza para o Príncipe «pelos direitos que lhe pagam dos frutos da terra, de obras de mãos e de mercancias»<sup>44</sup>. Defendido este núcleo central, desenvolve as suas concepções:

1.º afirma que a abundância de gente foi sempre uma necessidade para haver prosperidade;

2.º o aumento da população deu-se a nível mundial, num crescimento linear, assim como em Portugal;

3.º por um conjunto de razões esse crescimento detém-se;

4.º finalmente, é necessário encontrar soluções para superar a falta de gente.

Tentemos agora a ordenação do conteúdo ideológico do texto.

### **I PARTE: Descrição da realidade portuguesa**

1.º — A população e o seu número é a base da grandeza e riqueza dos Estados, e dela decorrem as quatro actividades fundamentais: a agricultura, artes mecânicas, mercancia e milícia. Estas actividades são interdependentes, ou seja, as duas últimas

---

<sup>43</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 126.

<sup>44</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 119.

existem, apoiadas no bom sucesso das duas primeiras, e estas terão necessariamente que vingar porque «nenhuma terra, é infrutífera»<sup>45</sup>, há que adaptar-se às circunstâncias inventar e repetir até que a experiência primeira seja um dado adquirido; e depois não pode haver escrúpulos de ninguém em investir nestes sectores: na Alemanha «desde o Imperador até ao último homem da República se professa um ofício mecânico»<sup>46</sup>.

2.º — Este crescimento linear da população que é quase uma lei natural, anacronicamente tem sido interrompido, e por isso é um atentado grave à harmonia de Portugal: conquistas, múltiplas expedições guerreiras, o movimento colonizador, trouxeram o esvaziamento da Metrópole, mas também a inexistência de actividades produtivas que ocupem o grosso da vadiagem, que propiciem a formação de novos lares, que procuram o pão fora das fronteiras. Uma desequilibrada distribuição da população com sobrepovoamento de Entre Douro e Minho e fraca densidade no Sul do país provocada pela rigidez da grande propriedade;

3.º — Duas outras razões explicariam o definhamento da nobreza cujo papel seria importantíssimo na defesa e conservação do Reino: a concentração patrimonial numa só cabeça, e, por isso mesmo, os elevados dotes exigidos às candidatas a casamento.

## II PARTE: As soluções para os problemas

1.º — As conquistas surgem como causa primordial do desgaste humano no Índico: tempo de viagem, existência duma civilização fortemente implantada, porque as despesas cresciam «sendo cousa notoria que a navegação da Índia se intentou para o comercio e não para conquistas»<sup>47</sup>, e finalmente a péssima organização militar desmotivadora da identificação dos soldados, pueris, com os ideais de conquista, e a má administração norteada pela cobiça, seriam as causas do desastre naquelas paragens que a distância fazia aumentar. O modelo comercial deveria presidir a qualquer

---

45 SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 121.

46 SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 122.

47 SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 132.

tentativa bélica — a prová-lo os sucessos no Atlântico desde o Brasil aos arquipélagos, não esquecendo Angola;

2.º — A introdução de artes mecânicas, porque ela desencadeia um processo interminável de operações «se segue o grande concurso de gente que ou trabalha ou meneia o trabalho ou administra a matéria aos trabalhadores, compra, vende e leva as obras de um lugar para o outro»<sup>47</sup>. Implica portanto uma divisão de trabalho, absorve uma grande parte da população que se torna activa: o exemplo (.internacional) apresentado é a actividade têxtil baseada na lã.

Ponto fundamental: previne que não é a posse dos metais preciosos que caracteriza um Estado como rico. Será antes a protecção e atenção que o Príncipe der ao desenvolvimento das artes oficinais: introduzindo ofícios e técnicos, criando condições que estimulem a fixação de bons artífices; incentivando assim o aperfeiçoamento técnico; não permitindo a saída de matéria-prima; acarinhando as iniciativas particulares e seguindo o seu exemplo.

Desta preocupação surgirão benefícios para as Finanças do Estado e a economia em geral: uma balança comercial positiva em relação ao estrangeiro com exportação de produtos manufacturados e o lançamento de imposições sobre as indústrias financiadas por capitais estrangeiros que permanecessem em Portugal; finalmente porque com a diversidade das artes mecânicas a procura ir-se-ia alargando, verificando-se paralelamente uma activação do consumo e da produção» e com isto (indústria da fição de lã) se daria princípio a um trato de grandíssimo proveito, assim para as rendas reais (porque com estes direitos cresciam muito) como para o bem comum (porque teria o Reino baetas muito mais baratas, e em maior abundância), e para a sustentação do povo, porque muita parte dele se manteria com esta ocupação»<sup>49</sup>.

— Nesta linha, preconiza o amparo dos orfãos a quem o Príncipe deverá dar uma atenção especial no sentido de os familiarizar nas artes mecânicas, evitando assim o engrossar da vadiagem;

---

<sup>48</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 139.

<sup>49</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 141.

3.º — Será o desenvolvimento da agricultura particularmente no Alentejo que poderá repor o número de gente.

Partindo duma legitimação histórica, demonstra a política povoadora dos reis da I Dinastia e a acção da Igreja.

Se o Alentejo é um espaço a observar pela fraca densidade humana, é porque ele contém em si uma série de obstáculos à fixação nessas paragens: obstáculos institucionais — a concentração fundiária e complexas relações entre senhorio da terra e rendeiros como tampões ao surgimento de novos lares; obstáculos naturais: a pobreza do solo caracterizada por uma tradicional falta de água.

Se as condições naturais podem ser ultrapassadas pela tecnologia adequada (irrigação) e actividades rurais adaptadas às condições do solo (desde a criação de gado aos cereais), a mão de obra só se implementará com um desejo voluntarioso dos senhorios em eles próprios criarem condições para que o camponês se interesse na fixação, mediante o pagamento de um foro, o que tornaria as herdades desertas em campos verdejantes, seria vantajoso pelos tributos lançados nos fogos que vão surgindo, o que viria ao encontro da vontade dos homens em «acharem um lugar próprio em que viver, que com estas obrigações tão pesadas aceitam os foros e vêm outros cada dia os pedir»<sup>50</sup>.

Justificação suprema, só com esta política de distribuição de terras será possível, contrariando a tradicional concentração fundiária, obstar à falta de trigo «de que este Reino carece»<sup>51</sup>.

Finalmente, os morgadios seriam o óbice maior à distribuição de terras, criando condições para gastos ostentórios «gastos desnecessários na República»<sup>52</sup>, e o aumento do dote seria consequência deste facto visto o mercado de homens ser pequeno «porque a razão de se pedirem grandes dotes é haver mulheres para casamentos, e poucos homens, por neles estarem juntos e unidos ordinariamente muitos morgados»<sup>53</sup>.

\*\*\*

Resta agora apreender as ideias essenciais e respectivo orde-

<sup>50</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 151.

<sup>51</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 152.

<sup>52</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 158.

<sup>53</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 159.

namento estabelecendo-se o juízo completo do pensamento do autor quer acerca das diferentes problemáticas da realidade portuguesa, quer sobre as linhas programáticas de recuperação.

1.<sup>o</sup> — Critica o Estado português que dá primazia à actividade bélica e esquece os problemas do desenvolvimento do Reino, numa época de recessão;

2.<sup>o</sup> — Aponta a falta de realismo dos dirigentes políticos, responsável pela infelicidade do Império português — seria forçoso restringir as actividades portuguesas no Índico ao comércio, fortalecido por uma boa administração;

3.<sup>o</sup> — Denuncia o medo que é sentido no investimento do capital — seria positivo investir na indústria, cujo abandono acabaria com o comércio interno, e fundamentalmente externo.

4.<sup>o</sup> — Denuncia um dos problemas estruturais da economia portuguesa: a falta de pão; o predomínio da grande propriedade no Sul em particular, a concentração fundiária em morgadios, em geral, com absentismo notório por parte dos seus proprietários, levando ao desleixo da produção e despovoamento;

Depois de denunciados os males, as linhas programáticas de recuperação:

a) especialização de sectores competitivos no mercado nacional, afastando de vez a concorrência estrangeira que as medidas proteccionistas por si só não haviam resolvido;

b) diversificação da produção e criação de unidades de produção em sectores inexistentes (exemplo: a tinturaria) a fim de os portugueses serem «os vendedores de panos e não os compradores»<sup>54</sup>.

\*\*\*

Para o sucesso do seu programa aponta as medidas a tomar:

a) a necessidade de matéria-prima: originária da Metrópole ou do Brasil e colónias, sendo forçoso evitar a sua exportação quando ela era essencial para a nossa indústria;

---

<sup>54</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 143.

b) necessidade de mão de obra — que existe, pois que é necessário assimilar aquela mão de obra vagabunda, especializá-la;

c) financiamento do projecto — trata-se duma atitude mental; o exemplo já apontado anteriormente<sup>55</sup>, não é em vão. Trata-se de observar um dos males da sociedade portuguesa: o escrúpulo pelo investimento que ultrapasse a conquista, a mercancia ultramarina ou a concentração fundiária;

d) o papel do Estado: em primeiro lugar proteger e acarinhar as iniciativas particulares que por vezes surgiram em condições pouco favoráveis; em segundo lugar, o Estado deverá dar o exemplo, introduzindo ofícios e técnicas, contratando trabalhadores especializados premiados com bons salários, estimulando invenções, exigindo e incentivando a perfeição.

Enfim todo o programa de Severim de Faria está encaminhado a fim de obter um equilíbrio da balança do comércio exterior: uma independência económica que signifique uma independência política.

### 3.3. *Crítica do texto:*

a) Se Manuel Severim de Faria tenta ser objectivo nas suas afirmações ao fundamentar-se numa realidade social e económica, pretende acima de tudo evidenciar as condições necessárias para uma efectiva independência económica de Portugal que se traduzissem numa independência política. Daí que privilegiasse o factor humano e o acesso às matérias-primas como factores de produção dinamizadores dessa reabilitação. Para além disso, foi de Giovanni Botero (1540-1617) que Severim de Faria derivou a sua crença que na insuficiência da população residia o motivo do declínio económico, chegando mesmo ao extremo de reproduzir passagens inteiras da obra do escritor italiano, «*La Ragione di Stato*» (1589), sem menção ao autor<sup>56</sup>.

No entanto, ele foi além da repetição dos seus predecessores ao analisar as condições peculiares de Portugal, atento ao relacionamento existente entre a posse da terra, produção de alimentos e

---

<sup>55</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 122.

<sup>56</sup> MAGALHÃES, J. Calvet de, *o.c.*, p. 223-225.

dimensão populacional, provavelmente a sua mais original contribuição para o pensamento mercantilista em Portugal<sup>57</sup>.

b) Não terá, contudo, analisado os problemas causados pela pressão da Inquisição contra os cristãos-novos «os quais igualmente contribuíram para as dificuldades que agravavam a economia portuguesa»<sup>58</sup>, enquanto que o famoso contemporâneo de Severim de Faria, padre António Vieira, entendeu melhor a situação.

c) De qualquer forma, a base da sua argumentação acerca da falta de gente, carece de exactidão pelo facto de assentar apenas sobre o conhecimento do Sul do país e não numa análise geral da distribuição populacional de Portugal ou sua evolução. Os números hoje conhecidos referem que a população das cidades e vilas cresce cerca de 50% entre 1527 e 1636-38, a população total passa de um milhão e quatrocentos mil para dois milhões, mas com maior aumento dos aglomerados urbanos ou para-urbanos do que das massas rurais<sup>59</sup>. Mesmo assim isto não infirma os sinais detectados por ele nomeadamente a emigração (exército, colónias).

Por outro lado, ele apercebe-se da estrutura funcional da população ao referir pelo oposto o prejuízo para a Nação que representa a vadiagem; orfãos que era necessário ocupar; a enxurrada para Espanha que a união dinástica facilitou; os efeitos nefastos da concentração fundiária, tornando-se a produção base cerealífera insuficiente para sustentar uma tal estrutura social. A sociedade peninsular devido à expansão ultramarina surge de forma que o sector das actividades agrícolas e pastoris não pesa o que deveria na economia do Antigo Regime pois que pouco excede um terço, o sector das actividades artesanais e piscatórias outro terço, e a nobreza, clero, mercadores, outro terço. A produção de base tornava-se portanto insuficiente para sustentar tal estrutura com o avolumar das ordens ou classes improdutivas<sup>60</sup>.

d) Nas linhas programáticas que apresenta, nunca deixa de atribuir ao Estado um papel crescente e «invasor»<sup>61</sup> como o

---

<sup>57</sup> HANSON, Carl A., *o.c.*, pág. 135.

<sup>58</sup> Id., *Ibid.*

<sup>59</sup> GODINHO, V. Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 20.

<sup>60</sup> GODINHO, V. M., *Ensaio II. Sobre a História de Portugal*, *o.c.*, pág. 391.

<sup>61</sup> BRAUDEL, F., *o.c.*, p. 459.

principal responsável pela organização da Nação: para manter a ordem ele precisa de homens, para criar uma economia nacional ele precisa de controlar de perto a vida económica: apoderar-se duma parte do rendimento nacional, organizar o sistema fiscal, a administração, impondo as suas próprias directrizes no sentido de desenvolver sectores mais produtivos.

e) A política agrícola que preconiza, surge como uma excepção aos conceitos comuns aos mercantilistas que pouco se preocuparam com o trabalho da terra, sendo ainda reforçada nos seus «*Arbítrios pera abundancia de Pam em Portugal*»<sup>62</sup>. Mas acerca da apologia do sistema enfitênico como responsável pelo crescimento demográfico e da produção agrícola, a sua eficácia é hoje discutida por recentes investigações, pelas repercussões económicas e sociais a que levaria, nomeadamente o surgimento sub-arrendamento: «tanto mais que o sub-enfiteuta é o verdadeiro explorador da terra, deixando no enfiteuta — rendeiro principal, transformado em intermediário, a principal cota de repartição de frutos»<sup>63</sup> Severim de Faria olhou à sua volta e viu no Norte mais povoado um sistema de exploração diferentes. Julgou estar aí a chave...

No entanto, a perspectiva de Severim de Faria é repetida por uma série de historiadores desde João Pedro Ribeiro até Virgínia Rau<sup>64</sup>.

f) Severim de Faria parece ultrapassar o espartilho onde normalmente o querem localizar, numa linha de pensamento hispano-italiana bulionista<sup>65</sup> que confundiria a abundância monetária concentrada num país com a riqueza desse país. Ora, ele tinha o exemplo de Espanha incapaz de reter nas suas mãos a prata do Potosi; el próprio afirma que a Flandres não tem no seu subsolo metais preciosos e no entanto enriqueceu<sup>65</sup> — tinha compreendido os rudimentos da teoria quantitativa da moeda, assim como os

---

<sup>62</sup> Publicado por GODINHO, V. M., *Alguns problemas da economia portuguesa no séc. XVII, o.c.*, págs. 108-112.

<sup>63</sup> Como sustenta OLIVEIRA, Aurélio de, *A Abadia de Tibães 1630/1780-1813. Propriedade, exploração e produção agrícola no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, 1.º vol. (dact.) Porto, 1979, pág. 286-287.

<sup>64</sup> Um levantamento de bibliografia sobre este assunto foi feito em Oliveira, Aurélio de, *o.c.*, págs. 79-81.

<sup>65</sup> MACEDO, Borges de, *o.c.*, p. 272.

<sup>66</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, pág. 140.

riscos das despesas sumptuárias e dos entesouramentos inúteis.

g) Pela crítica social que se atreve a apresentar, quer aos erros da administração, quer à própria nobreza que ele aponta como agente bloqueador à mobilidade da terra, embora não aponte propriamente qualquer grupo social que considere ser o motor dinamizador da economia, deixa-nos pressentir que o exemplo daqueles que têm algumas iniciativas deverá ser bem acolhido e também que o preconceito social em relação ao investimento deverá ser banido; e nesse sentido não se poderá afirmar tão categoricamente como Armando de Castro<sup>67</sup> que Severim de Faria se batesse por uma classe nobre forte tanto mais que quanto aos morgadios, «até ao período pombalino nem sequer se exigia nobreza para poderem ser instituídos e, depois da famosa lei de 3 de Agosto de 1770, tanto os notáveis (nobres) como os fidalgos os podiam fundar. Uma simples consulta de genealogias fidalgos parece sugerir que o ponto de partida para uma estratégia familiar de mobilidade social ascendente podia começar, precisamente, pela vinculação de bens, para culminar no acesso à fidalguia, à custa de várias gerações de filhas e filhos segundos, condenados ao celibato e ao ingresso no corpo eclesiástico ou, alternativamente, a um destino aventureiro, nem sempre bem sucedido». Ora o que muito justamente Severim de Faria condena é precisamente todo um processo que põe cada vez mais dificuldades aos filhos não primogénitos<sup>68</sup>.

Mais ainda: no seu «Arbítrios pera Abundancia de Pam em Portugal» (1624)<sup>70</sup> afirma que os valores dominantes da nobreza não favorecem a agricultura, considerando que se deveria promover o prestígio social do lavrador: concessão de título de nobreza aos que semeassem de três moios de pão para cima<sup>71</sup>, o que significa uma noção ampla de nobreza que vai contra a perspectiva da maior parte dos tratadistas de Seiscentos<sup>72</sup>. Acres-

---

<sup>67</sup> CASTRO, Armando de, *o.c.*, pág. 68.

<sup>68</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime*, in «Ler História», n.º 10, Lisboa, 1987, pág. 34.

<sup>69</sup> SÉRGIO, António, *o.c.*, págs. 157-159, cap. VII «Do remédio da Primeira Causa da Extinção da Nobreza pela União dos Morgados».

<sup>70</sup> GODINHO, V. MAGALHÃES, *Alguns problemas da economia portuguesa no séc. XVII, o.c.*, págs. 108-112.

<sup>71</sup> Id., *Ibid.*

<sup>72</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *o.c.*, pág. 18.

centa ainda que havia que chamar o capital comercial a investir na terra, prática conhecida na Europa dos sécs. XV a XVIII<sup>73</sup>.

Enfim, Manoel Severim de Faria aponta objectivos para romper com o círculo vicioso, o que só se conseguiria com vontade política, ordem e resolução baseadas na vontade humana, que não apenas na vontade de Deus — e esta é uma linguagem nova que, apesar de vir de um homem de formação escolástica, traduz um propósito inovador, patriota, mas que num período conturbado da História de Portugal que oscila entre uma dependência peninsular ou britânica, seria a única saída possível...

Porto, 1986.

---

<sup>73</sup> GODINHO, V. MAGALHÃES. Alguns problemas..., *o.c.*, pág. 108 e 116.